

Síntese curricular

Informação pessoal

Nome Pereira, Vanda Alice Dias
Morada Rua Padre João Brito Atanásio n.º 5 — 2.º esq, 2695-189
Bobadela, Portugal
Correio eletrónico vanda.alice@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa
Data de nascimento 31- 05- 1971
Bilhete de Identidade n.º 9515938
Número de Identificação Fiscal 198 580 940

Habilitações académicas

De março de 1995 a fevereiro de 1998
IST — Instituto Superior Técnico
Mestrado em Ecologia, Gestão e Modelação do Ambiente Marinho
Tese de Mestrado: Estudo de um modelo matemático/hidráulico e sua aplicação no Mar Mediterrâneo
De setembro de 1989 a novembro de 1994
IST — Instituto Superior Técnico
Licenciatura em Matemática Aplicada e Computação
Trabalho final de curso: Lógica Temporal

Experiência profissional

Datas (de — até)
De 1 de agosto de 2000 a fevereiro de 2014
Nome e endereço do empregador Autoridade Tributária — Av. Eng.º Duarte Pacheco n.º 28
Tipo de empresa ou setor Administração Pública
Função ou cargo ocupado Atualmente Especialista de Informática de Grau 2 Nível 2
Principais atividades e responsabilidades Chefe de vários Projetos do Património
Manutenção do Sistema de Gestão de Plantas de Arquitetura
Campanha de Liquidação do IMI
Manutenção dos Sistemas de liquidação do IMT, IUC, IS
Manutenção do Sistema de Gestão de Avaliações
Manutenção do Sistema do Zonamento
Avaliação geral da Propriedade Urbana
Sistema de Remuneração dos Peritos Avaliadores
Trabalhos na área da Informática:
Análise e Especificação de aplicações informáticas, participação em tarefas necessárias à manutenção das aplicações do Património;
Participação em várias formações das aplicações do Património a várias entidades
Participação em workshops da IOTA (INTRA-European Organisation of Tax Administrations)
Participação em vários grupos de trabalho
Gestão e planeamento de projetos

207617568

Aviso (extrato) n.º 2736/2014

Por despacho do Diretor Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira e até à realização de concurso previsto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, (com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro), foi designado ao abrigo do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de dezembro e conforme proposta do Diretor de Finanças de Bragança, em regime de substituição por vacatura de lugar, no cargo de Chefe da Divisão da Tributação e Justiça Tributária, da Direção de Finanças de Bragança, o licenciado Eduardo Augusto da Igreja Firmino, técnico de administração tributária, nível 2, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

12 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Eduardo Augusto da Igreja Firmino
Data de nascimento: 01 de fevereiro de 1963
Naturalidade: Miranda do Douro

2 — Formação académica

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto
Curso de Pós-Graduação em Direito do Emprego Público — Universidade Lusófona do Porto

3 — Categoria profissional

Técnico de administração tributária nível II

4 — Experiência profissional

Desde novembro de 2013

Representante da Fazenda Pública; Consultor jurídico e formador para a área da justiça e contencioso na Direção de Finanças de Bragança.

2009 — 2014 Chefe de finanças

2006 — 2009 Coordenador do Núcleo Norte de Auditoria Interna da Direção de Serviços de Auditoria Interna (AT)

2004 — 2006 Auditor no Gabinete de Auditoria Interna (DGCI)

2001 — 2004 Tesoureiro de finanças

1999 — 2001 Técnico Tributário

1983 — 1999 Tesoureiro Ajudante (DGT)

5 — Formação profissional (súmula)

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (INA)

Curso de Chefia Tributária

Liderança e Gestão de Equipas

Gestão de Projetos

Gestão por Objetivos

SIADAP — Definição de Objetivos

Auditoria Interna I e II

Auditoria Tributária

Execuções fiscais — Gestão de Vendas Coercivas

Execuções fiscais — Sistema de Publicitação de Devedores

Execuções fiscais — Sistema Informático de Penhoras Automáticas

6 — Outra Formação

Seminário sobre o “Regime Fiscal das SGPS” — Universidade Lusófona do Porto

Seminário sobre o “Regime Fiscal dos Preços de Transferência” — Universidade Lusófona do Porto

207617916

Aviso (extrato) n.º 2737/2014

Por despacho do Diretor Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi designado ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro e com o artigo 42.º da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro, como chefe de equipa multidisciplinar de 2.º nível de Produção, o engenheiro Carlos Alberto Esteves da Costa Manteigas, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

12 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

Nota curricular

1 — Dados Pessoais

Nome: Carlos Alberto Esteves da Costa Manteigas

Data de Nascimento: 25 de agosto de 1954

Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações Literárias

Engenheiro Técnico CIVIL pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

3 — Carreira Profissional

Liceu D. Dinis (fevereiro de 1976 a junho 1981)

•Após concluir o Curso Complementar exerceu Serviço Cívico neste estabelecimento de ensino como responsável dos laboratórios, tendo ingressado nos seus quadros.

Instituto de Informática (julho de 1981 a maio 1985)

•Operador Estagiário, Operador e Operador Principal. Início na carreira de informática, desempenhando funções na operação desde estagiário a responsável por um turno de operadores.

Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (maio de 1985 a dezembro de 1997)

•Operador Consola, Técnico de 2.ª classe Estagiário, Operador de Sistemas Principal e Programador. Acompanhou a implementação do projeto de informática na DGA, exercendo mais tarde as suas funções na área de infraestruturas tendo em conta a suas habilitações na área de engenharia civil. Em 1995 participou como elemento da Comissão

técnica de Avaliação do Concurso Público Internacional para a instalação de Redes de Comunicação e do Centro de Gestão da Rede nos Serviços Centrais da DGAIEC, tendo também feito parte de júri para ingresso de operadores.

Direção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (janeiro de 1998 a dezembro de 2012)

- Programador Principal, Especialista e Especialista de Informática. Foi responsável na elaboração de projetos de infraestruturas tecnológicas, adjudicação e acompanhamento da sua implementação, na DGCI e DGAIEC.

- Responsável pela coordenação dos trabalhos no âmbito das infraestruturas tecnológicas atinentes ao projeto das obras de beneficiação dos edifícios em articulação com o serviço de instalações (DSIE) da DGCI.

- Implementação do Projeto do Sistema Integrado de Gestão de Atendimento em cerca de 165 Serviços da DGCI e DGAIEC.

Autoridade Tributária e Aduaneira (janeiro de 2013 até à data)

- Desempenha funções na área das infraestruturas e comunicações, assim como responsável pelo SIGA (Sistema Integrado de Gestão do Atendimento) e sua interligação com o CRM (Customer Relationship Management)

4 — Formação Complementar

Frequência de diversos cursos, seminários e conferências dos quais se destacam os seguintes:

“Noções Gerais de Computadores”, 1982, Instituto de Informática
 “Sistemas de Exploração”, 1982, Instituto de Informática
 “Utilização Interativa”, 1983, Instituto de Informática
 “Introdução ao Teleprocessamento”, 1983, Instituto de Informática
 “Funções de Operação em ambiente Mapper”, 1984, Instituto de Informática

“Técnicas Avançadas de Operação”, 1987, Instituto de Informática
 “Sistema de Exploração UNIX”, 1987, Centro de Formação da RIMA Nixdorf

“Iniciação de Base de Dados”, 1989, Centro de Formação da RIMA Nixdorf

“Programação de Sistemas”, 1989, INA

“Programação em C”, 1990, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

“Programação de Computadores”, 1994, INA

“Comunicação de dados e serviços telemáticos”, 1996, INA

“Computação em rede: modelo e implementação”, 1996, INA

“Gestão de Projetos Informáticos”, 1996, INA

“Administração Avançada ADABAS D”, 1998, Software AG

“Segurança e Análise de Risco em Redes Informáticas”, 1999, INA

“Cableamento Estruturado”, 2001, Brand-Rex

“Administração Microsoft Windows NT 4.0”, 2001, RUMOS

“Supporting Microsoft Windows NT 4.0”, 2001, RUMOS

“InterNetworking With TCP/IP using Microsoft Windows NT 4.0”, 2001, RUMOS

5 — Atividades Profissionais mais relevantes

De 1998 a 2011 como funcionário da DGITA e nos últimos dois anos pertencendo à AT, assumiu funções de responsável de infraestruturas, acompanhando todas as instalações e mudanças de serviços da DGCI e DGAIEC assim como as respetivas instalações de equipamentos informáticos tanto ao nível do posto de trabalho como dos polos técnicos (bastidores, centrais telefónicas, switch, etc...). Este acompanhamento técnico englobou também a componente de elaboração de projeto na DGAIEC como na participação da elaboração do caderno tipo em execução pela DGCI/DSIE. Ou seja todos as mudanças, renovações e novas instalações nos 3 organismo referidos tiveram o seu acompanhamento técnico, logístico e de comunicações.

Foi ainda o responsável na DGITA e na AT, pelo SIGA “Sistema Integrado de Gestão do Atendimento”, implementado em 165 serviços, sendo 158 fiscais e 7 aduaneiros.

207617835

Aviso (extrato) n.º 2738/2014

Por despacho do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira e até à realização de concurso previsto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, (na redação conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto) designo, ao abrigo do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004 (com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril e n.º 64/2011, de 22 de dezembro), conjugado com o n.º 2 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 324/93, de 25 de setembro, em regime de substituição, por vacatura de lugar, no cargo de Diretora da Alfândega Marítima de Lisboa, a Chefe de Divisão, licenciada Ana Cristina Sousa Falcão Miguel Trovão, reverificadora assessora principal, com efeitos a 24 de janeiro de 2014.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º-A (in fine) da Lei n.º 2/2004, aditado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão Operacional do Sul, da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira, fica suspensa pelo período máximo de quatro anos.

12 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

Nome: Ana Cristina Sousa Falcão Miguel Trovão.

Data de nascimento: 1 de abril de 1962.

Naturalidade: freguesia de S. João Baptista, Abrantes.

1 — Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito, na vertente jurídico-económica pela Universidade de Lisboa/FDL, ano 1985;

Pós graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, ano letivo de 1987/88.

2 — Curriculum Profissional:

Ingressou na carreira técnica superior aduaneira da então Direção Geral das Alfândegas, como segundo verificador superior estagiário em 1986, tendo, desde o ano 2006, a categoria de Reverificador Assessor Principal.

Desempenhou funções no âmbito do processo de desalfandegamento de mercadorias em diversas alfândegas com especial destaque na Alfândega do Aeroporto de Lisboa.

Desempenhou funções de assessoria técnica e jurídica na área da tributação sobre veículos automóveis na Direção de Serviços de Administração dos Impostos Internos/Divisão de Regimes de Importação de Veículos Automóveis de 1991 a 1993, tendo participado na elaboração de vários diplomas em sede de fiscalidade automóvel.

Desempenhou funções no Gabinete de Auditoria Interna da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo desde 1993 a 2000. Nesse âmbito executou várias ações de auditoria interna aos serviços então integrados na Direção Geral das Alfândegas, acompanhou e monitorizou a implementação de medidas corretivas propostas, em ações de auditoria efetuadas pela IGF, participou em ações de controlo empreendidas pelo Tribunal de Contas Europeu e pela Comissão Europeia, tendo ainda efetuado o acompanhamento dos respetivos resultados, fez parte integrante de um projeto de cooperação entre Gabinetes de auditoria interna de diversos EM da União Europeia e participou no Projeto Comunitário visando a implementação de um sistema de avaliação de resultados;

Foi afeta à Administração Geral Tributária — Serviço de Auditoria — a partir de maio de 2000, na qualidade de coordenadora de equipas de auditoria para a área aduaneira.

Foi nomeada Chefe de Divisão da Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude desde 14 de fevereiro de 2002 (despacho (extrato) n.º 3387/2002, 2.ª série); Nesse âmbito coube-lhe gerir as áreas da execução dos controlos a posteriori (inspeções e ação de natureza fiscalizadora) das auditorias prévias, de procedimentos e atinentes à concessão do estatuto de Operador Económico Autorizado e da realização das diligências de investigação criminal nos inquiridos cuja competência se presume delegada na AT ou que cuja competência tenha sido delegada pelo Ministério Público.

Outras atividades relevantes:

Participação em inúmeros Grupos de Projeto e de Trabalho, de âmbito nacional e comunitário, dos quais se destacam os seguintes:

Projeto de criação de núcleos de fiscalização nas alfândegas e delegações aduaneiras;

Grupo de trabalho para a eliminação da conferência do título de propriedade dos atos e formalidades aduaneiras, donde resultou a elaboração do Decreto-Lei n.º 291/89 de 02.09;

Grupo de Projeto de Harmonização do Imposto de Circulação e Camionagem;

Projeto de levantamento funcional e avaliação das necessidades de recursos humanos das alfândegas;

Grupo de Projeto para Criação de um Sistema de Medição de Resultados/avaliação do desempenho para as alfândegas europeias, (Programa alfândega 2000);

Equipa de Projeto para estabelecimento de indicadores de gestão;

Grupo de Iniciativa Conjunta — Projeto de cooperação entre Gabinetes de Auditoria Interna dos Estados Membros da União Europeia e a Inspeção Geral de Finanças, com vista à harmonização de procedimentos e adoção das melhores práticas de auditoria, através da elaboração de módulos de auditoria temáticos, aplicáveis em todas as alfândegas dos EM, donde resultou a elaboração de um Manual de Auditoria a ser utilizado pelos EM e a Comissão Europeia nas suas ações de controlo;